

Identidade e Território: o caso dos pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro/ RJ

O objetivo principal deste trabalho é a discussão sobre a condição de ser pescador artesanal na Pedra de Guaratiba, frente à reconstrução do espaço no litoral da Baía de Sepetiba. O trabalho foi realizado com entrevistas aos pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba e acompanhamento do desfecho da resistência frente aos conflitos. A construção do porto de 3,8 quilômetros, da Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, delimita uma área de exclusão de pesca, provocando conflitos com pescadores artesanais que apresentam resistência diante do espaço concebido. Além disso, a escavação no fundo da Baía para a construção do porto remobilizou sedimentos contaminados por metais pesados (zinco e cádmio) durante décadas, comprometendo a qualidade do pescado e reduzindo em 70%. A instalação de empresas (principalmente siderúrgicas) tem contribuído para o surgimento de multiterritorialidades entre os pescadores artesanais, até mesmo na Pedra de Guaratiba. Os pescadores artesanais são grupos tradicionais muito heterogêneos, sendo assim, há grupos que apoiam as empresas e outros que resistem, criando conflitos entre a própria comunidade tradicional. Nesse sentido, a resistência tenta resgatar o sentimento de pertencimento como valor cultural que caracteriza a identidade pela população local, dando o sentido ao lugar como território.

Palavras-chaves: Pescadores Artesanais, resistência, conflitos, identidade e território.

INTRODUÇÃO

No entorno da Baía encontram-se comunidades tradicionais, como os caiçaras e quilombolas. Além disso, é possível constatar um passado pré-histórico de tribos indígenas (tamoios), principalmente pela presença de diversos sambaquis ao longo do litoral. Em Guaratiba, a riqueza arqueológica é tão expressiva que foi fundada a Reserva Biológica e Arqueológica em 1982, pelo decreto estadual 5.415.

Atualmente, a Baía de Sepetiba tem se tornado palco de investimentos para a atração de diversas empresas, em sua maioria siderúrgicas, que estão construindo seus portos particulares, tendo como pioneira a Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA.

Além das atividades portuárias e industriais, a pesca artesanal que é uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem, a qual é carregada de simbolismos, também é exercida na Baía de Sepetiba. Desde a antiguidade, essa atividade tem sido essencial para o sustento de diversas famílias no mundo, não sendo diferente na Baía de Sepetiba. Em 2009, a Organização Internacional do Trabalho – OIT estimou que no mundo havia cerca de 43 milhões de pescadores, sendo que no Brasil havia cerca de 1,24 milhão, entretanto a maioria exerce a função na informalidade (PLATANOW, 2009). No Brasil, há diversas modalidades da atividade, como a pesca amadora, a empresarial e a artesanal, que é reconhecida por lei como atividade tradicional.

Na Baía de Sepetiba há cerca de 8070 pescadores artesanais que exercem suas atividades. Atualmente, os pescadores artesanais têm sido empecilhos para a execução de projetos que satisfaçam o modelo desenvolvimentista econômico, chegando a ocorrer conflitos. Para o litoral da Baía de Sepetiba existem projetos de construção de portos para diversas empresas, como o da TKCSA que já se encontra implementado. A construção do porto de 3,8 Km da TKCSA delimitou uma área de exclusão de pesca, não só na fase de construção, mas também atualmente, onde o fluxo de navios aumentou consideravelmente. A relação dos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba com a empresa ocorre de diversas formas, pois estes não são grupos homogêneos, interpretando suas realidades de diferentes formas.

Atualmente, apenas os pescadores artesanais da Associação de Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba – APAPG exercem resistência frente à empresa TKCSA, pois esses mantêm uma posição de não negociar a condição de ser pescador, mantendo uma luta pela identidade. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de luta dos pescadores artesanais da APAPG para resistir aos

empreendimentos, como a TKCSA, a fim de manter as suas identidades territoriais, que estão relacionadas à condição de ser pescador.

O leitor encontra um relato da problemática na Baía de Sepetiba, desde a poluição por metais pesados da falida Companhia Mercantil Ingá até a instalação da TKCSA, com a construção de seu porto e a remobilização desses metais que estavam acomodados no fundo da Baía. Nesse contexto, os pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba (APAPG) começam uma mobilização contra o empreendimento, por sentirem ameaçadas as suas condições de serem pescadores, pois a quantidade e a qualidade do pescado foram reduzidas e comprometido, respectivamente. Além disso, a construção do porto criou uma zona de exclusão de pesca, onde não se exerce mais a atividade pelo aumento do fluxo de navios.

Todavia, novos empreendimentos são focos de futuros conflitos, assim como ocorre com a TKCSA, pois existem projetos de novos portos para as empresas. Assim, conflitos que abrangem a dimensão ambiental e cultural, podem também abranger a dimensão jurídico político contra os novos empreendimentos.

A INSUSTENTÁVEL CONDIÇÃO DE SER PESCADOR ARTESANAL

O processo de construção do Porto de Itaguaí (Sepetiba), na década de 1970, no município de Itaguaí foi concebido para atender às indústrias que ali se instalavam e atrair novos investimentos. Dessa forma, chegou a aproximadamente 400 instalações industriais no litoral da Baía de Sepetiba em 2000 (PELLEGATTI, 2000), fato que provocou intensa urbanização. Entre as mais atendidas inicialmente, estava a antiga empresa Vale do Rio Doce (atual empresa Vale S/ A) com a descarga de alumina e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN com carvão.

Simultaneamente à implementação do Porto de Itaguaí, ocorreu o processo de expansão industrial na zona oeste do município do Rio de Janeiro, a partir da década de 1970 e municípios adjacentes, como Itaguaí na década de 1960, assim, contribuindo para a degradação do ecossistema da Baía de Sepetiba pelos rejeitos de metais pesados que se acumularam durante décadas nos sedimentos, além de conflitos territoriais entre os atores sociais envolvidos, geralmente com entidades ligadas à pesca artesanal.

A instalação do Porto de Itaguaí, que inicialmente havia a pretensão de que o empreendimento fosse em Sepetiba, ocorreu posteriormente à instalação da Cia. Mercantil Ingá, na década de 1970. Após estudos realizados se comprovou que a profundidade não atendia as necessidades do tráfego de navios naquela área da Baía de Sepetiba, ou seja, o bairro de Sepetiba, pertencente ao município do Rio de Janeiro,

antigo Estado da Guanabara. Com a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975, a responsabilidade da instalação do empreendimento ficou a cargo da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, que iniciou a construção do píer em 1976, passando pelas fases necessárias, até a inauguração, em 7 de maio de 1982 (CDRJ, 2010). O Porto de Itaguaí foi concebido com a finalidade de desconcentrar o fluxo do Porto do Rio de Janeiro, entretanto, atualmente, a sua ampliação tem a intencionalidade de captar a produção de grãos do Cerrado (ACSELRAD, HOLLANDA & BREDARIO, 1999).

Para Santos (1996) que evoluiu a ideia de fluxos e fixos para sistema de ações e sistema de objetos, uma abordagem na configuração dos objetos (territorial) requer uma análise na evolução espaço-tempo, que se inicia com a Cia. Mercantil Ingá, passando pela implementação do Porto de Itaguaí, a qual facilitará outros empreendimentos, até os dias atuais. O sistema de objetos e o sistema de ações redefinem o espaço, que através das interações sociais o tornam como território, sendo cada vez mais artificial.

O objeto é sempre concebido com uma intencionalidade, assim pode se dizer que é um objeto técnico, pois é o resultado da técnica, onde a sociedade vive, produz e recria o espaço. Nesse sentido, o Porto de Itaguaí se apresenta como um objeto técnico, o qual foi concebido para facilitar ações. O Porto de Itaguaí tem recebido investimentos, como obras para sua ampliação, além da criação de um pátio para contêineres.

Para Santos (1996), a intencionalidade das ações está relacionada à intencionalidade dos objetos. Essa lógica de Santos é exposta por Moreira (1982, p.40), quando afirma que:

“o espaço geográfico é esse quadro de organização, onde os meios de produção se dispõem na distribuição territorial adequada à reprodução e encarnam a própria forma como a segunda natureza se modeliza como condição de produção.”

Esse quadro de organização que para Moreira (1982) é o espaço geográfico, Santos (1996) chama de sistema de ações e objetos. Entretanto, para o autor sistema não é discutido pelo ponto de vista fechado, concordando com Massey (2008), quando afirma que é uma produção contínua e aberta, ou seja, inacabado, sempre em devir, como um espiral sem fim, dando ideia ao incompleto devido à indissociabilidade do tempo.

Nesse sentido, se faz necessária uma abordagem dos investimentos que o litoral da Baía de Sepetiba vem recebendo, a fim de compreender o espaço, no que Soja (1983) chamou de “espaço projetado”, ou seja, necessário para receber investimentos, como no Porto de Itaguaí, que ao longo dos anos veio criando novos terminais, como de

granéis sólidos, alumina e carvão. Estes investimentos estão sobre um recorte espacial que é amplamente caracterizado pela potencialidade de conflitos, pois existem ali comunidades de pescadores artesanais, o que é objeto de contradição ao desenvolvimento como crescimento econômico na lógica do capitalismo, que não interfere no modo de produção dos pescadores, assim como reorganiza a sociedade.

Nos últimos anos, a partir de 2008, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, no estado do Rio de Janeiro, vem incrementando um modelo de crescimento econômico com investimento em infraestrutura como o Arco Metropolitano e aprofundamento do Porto de Itaguaí para que navios mais pesados tenham acesso ao terminal, que facilita o aumento dos fluxos no litoral da Baía, previsto no Plano Nacional de Dragagem, que faz parte do PAC, orçado em setenta e nove milhões e oitocentos e noventa mil reais (Figura 1).

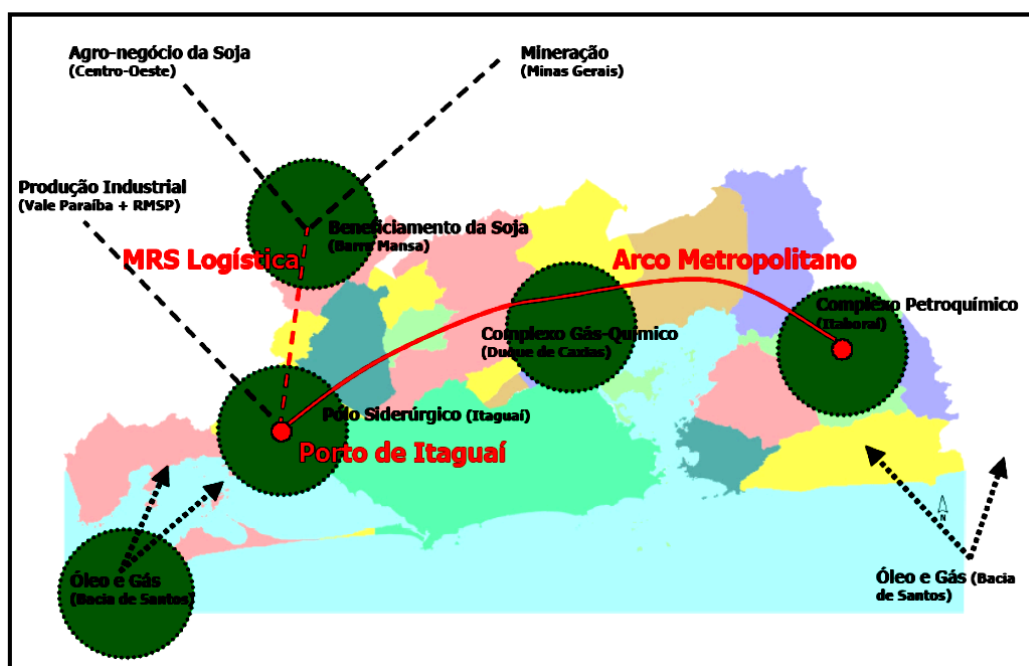


Figura 1 – Mapa Esquemático dos Novos Vetores de Transformação da Baía de Sepetiba (GUSMÃO, 2007).

Além disso, financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, isenções de impostos e fragilidade das legislações trabalhistas e ambientais são atrativos para a instalação de projetos de polo industrial, com portos particulares para escoamento de minério de ferro, como o da TKCSA, além das indústrias como a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, a Gerdau, a Petrobrás, a Usina Siderúrgica de Minas Gerais - USIMINAS e a Logística S.A.- LLX, a construção de

estaleiros, usinas siderúrgicas e termelétricas atraídas pelo polo portuário, que deverá ser o maior de toda a América Latina.

Assim como na época da instalação da Ingá, os pescadores tinham conhecimento do que a construção de um porto causaria, principalmente pela redução da área de pesca, mas não tinham as articulações necessárias para recorrerem a uma resistência. Daí ser recente o conflito de pescadores artesanais (em especial a APAPG) com a Companhia Docas do Rio de Janeiro. Os pescadores acusam a companhia pelos assoreamentos, que segundo eles são causados pelas dragagens para aprofundamento da Baía visando à entrada de navios mais pesados. Com isso, os pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba defendem a ideia de que o assoreamento intenso no litoral da Baía de Sepetiba é causado pelos sedimentos que vem pelos rios, porém têm como o principal motivo da intensificação as dragagens da CDRJ, que foi processada no ano de 2003 no Tribunal Regional Federal - TRF, com o processo nº 2003.51.01.022386-0, que terminou em 2008, condenando a Companhia Docas a despejar o material dragado em mar aberto, além de realizar obras para compensar o dano ambiental a ser proposto pelo Ministério Público Federal- MPF.

Essa configuração de conflitos com a empresa CDRJ já estava prevista, uma vez que o projeto de ampliação do Porto de Itaguaí é “fortemente influenciado pelo ideário político desenvolvimentista de então” (ACSELRAD, HOLLANDA e BREDARIOL, 1999, p. 246). Segundo os autores a dimensão ambiental adquiriria novo peso e novos sentidos no projeto de ampliação do Porto de Itaguaí. Contudo, a problemática ambiental atinge inclusive a dimensão cultural dos pescadores artesanais, gerando inclusive ações na Justiça, dando novos sentidos como destacou Acselrad, Hollanda e Bredariol (1999).

Os investimentos no litoral da Baía de Sepetiba são concebidos com a intencionalidade de trazer novas empresas, como ocorreu com a chegada da Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA. A chegada da empresa Thyssen Krupp, a qual associou-se com a Vale S/ A (27%) em 2006 formando a Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA, também conhecida como TKCSA, inicia um plano para a construção de um complexo siderúrgico, construindo inclusive um porto particular, aumentando ainda mais os conflitos na Baía de Sepetiba com as comunidades tradicionais. A ThyssenKrupp é de origem alemã, nascendo da fusão das empresas Thyssen e Krupp em 1998, ambas fundadas em 1811 e 1867, respectivamente. Atualmente, operam também na área siderúrgica e empregam cerca de cento e oitenta e

É possível pensar a reconstrução do espaço, ou seja, um espaço concebido proposto por Lefebvre (1991 [1974]), a partir da compreensão da imposição ao espaço vivido e percebido do pescador artesanal. Santos (1996) interpreta o espaço através da interação sociedade e natureza afirmando que com a técnica empregada pelo homem pode transformá-las em objetos, isto é, é a técnica que vai (re) unir os sistemas de objetos e ações, resultando na (re) construção do espaço. Assim, as formas são resultados dos objetos, bem como o conteúdo social é resultado das ações. Entretanto, para o autor (1996) a raiz principal da reflexão da (re) reconstrução do espaço está no entrelace de forma, estrutura, função e processo. Na base deste entrelace, refletido por Milton Santos a estrutura se traduz na forma e na função dos objetos associados às ações que torna o espaço concebido no tempo com intencionalidades (Figura 2), materializando-se (territorializando-se), ou seja, formando as espacialidades (MOREIRA, 2006).

Ao se instalar em terreno cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro no bairro de Santa Cruz, a TKCSA iniciou novos conflitos com os pescadores artesanais, pois o terreno era uma área de manguezal no litoral da Baía de Sepetiba com o canal São Francisco à direita, constituindo um empecilho aos pescadores cercadeiros que utilizam a madeira e o litoral para fazer suas armadilhas (Figura 3).



Figura 3- Instalação da TKCSA em meio ao manguezal (FRL, 2008).

Dessa forma, os pescadores artesanais mais atingidos foram os de Pedra de Guaratiba por realizarem tal atividade. A APAPG foi a primeira instituição ligada à pesca a exercer resistência contra a TKCSA. Em conjunto com o Fórum do Meio Ambiente (Organização Não-Governamental que atua em defesa do ambiente e do trabalhador) resolveram articular uma rede de instituições que inicialmente contou com a Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro- FAPESCA, a Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira – APLIM, Associação de Pescadores do Canto do Rio – APESCARI, Colônia de Pescadores Z-15, Associação de Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, entre outras. Após barqueata que paralisou por um dia a obra da TKCSA as instituições de pesca ganharam notoriedade, chamando a atenção das ONGs Fundação Rosa Luxemburgo – FRL e a Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, que passaram a apoiar a resistência (formando uma rede de instituições). A partir da formação desta rede foi possível denunciar ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Processo MPRJ nº 2005.001.001.52122.00) as agressões que vinham ocorrendo no ambiente e a falta de observância ao prescrito no Estudo de Impacto Ambiental (Figura 4).



Figura 4 – Obra em terreno da TKCSA com manguezal morto (Zborowski, 2008).

A denúncia ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPE fez com que o Grupo de Apoio Técnico Especializado – GATE, formados por técnicos na área ambiental do MPE visitasse o empreendimento a fim de apurar irregularidades ao que a empresa se propunha no Estudo de Impacto Ambiental. Dessa forma, o GATE concluiu que a empresa não estava em conformidade em diversos pontos, como o desmatamento do manguezal, além de vários pontos da obra do terminal portuário não estarem em conformidade com o próprio EIA.

Além disso, as dragagens de sedimentos para a construção dos pilares no fundo da Baía de Sepetiba traziam várias espécies em período de reprodução como o pargo e a lula. Assim, a degradação não se restringiu ao desmatamento do manguezal, pois com o projeto da TKCSA de construção de um porto fez com que os sedimentos contaminados por vários vazamentos de décadas da Ingá fossem remobilizados, comprometendo a qualidade do pescado.

Outro importante motivo de conflito entre a empresa e os pescadores foi o porto construído de 3,8 Km, (Figura 5). O porto delimitou uma área da qual o pescador ficou excluído de pescar. A delimitação territorial no mar da Baía de Sepetiba por empresas, como a TKCSA que constrói portos particulares reduz a área da pesca, provocando a desterritorialização, uma vez que os pescadores faziam uso dessa área há mais tempo. O discurso da empresa de criar 3500 empregos diretos, alavancando o crescimento econômico da área leva a seguinte reflexão: de que forma seria benéfico para a região os 3500 empregos, tendo em vista que há 8070 pescadores em todo o litoral da Baía de Sepetiba?



Figura 5 – Porto da TKCSA na Baía de Sepetiba (Ministério Público do Trabalho, 2007).

Segundo os pescadores Ivo Siqueira Soares e Isac Alves (secretário da APAPG) muitas instituições de pescadores artesanais foram abandonando a resistência à empresa devido às medidas compensatórias efetuadas mediante apresentação de projetos. Entretanto, a APAPG que foi procurada diversas vezes pela empresa TKCSA vem se mantendo resistente em não aceitar qualquer compensação, por não abrir mão do direito de ser pescador, além de entender que a compensação é somente financeira, pois os prejuízos culturais da atividade são irreparáveis.

Com o apoio do PACS e da FRL, a APAPG conseguiu protocolar no Ministério Público Federal uma denúncia contra a TKCSA pelas irregularidades na fase de implantação, como desmatamento, violação de leis, como a Lei Federal nº 7661/ 88 e o decreto nº 5300/ 2004 que determinam que grandes empreendimentos em zona costeira devem ser licenciados pelo IBAMA. Dessa forma, a FEEMA, atual INEA acabou sendo notificada por dar licença sem ter competência nesta esfera.

Em 2007 o IBAMA multou a empresa em cem milhões e embargou a obra pelas irregularidades observadas pelos fiscais. A declaração de infração no documento afirma o seguinte (FRL, 2008):

“Destruir, danificar, desmatar florestas ou demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente (manguezal), sem prévia autorização do órgão ambiental competente estadual e anuência do órgão federal (IBAMA).
Obs.: Corte além do autorizado pelo IEF/RJ nº 17/2006 (2 ha a mais).”

A justificativa do IBAMA que consta em documento (FRL, 2008), em embargar a obra foi a seguinte:

“Fica embargada qualquer atividade de intervenção no manguezal, bem como, construção, obras ou serviços que implique degradação da biota nativa da área do empreendimento, devendo o empreendedor promover a recuperação da área suprimida de 2 ha (dois hectares), extrapolada em dobro na autorização IEF/RJ nº 17/2006. Obs.: de acordo com o relatório de vistoria DITEC/SUPES/RJ de 11/12/2007.”

Outra conquista da resistência dos pescadores frente à empresa neste mesmo ano foi a suspensão por nove meses dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, após manifestação dos pescadores na sede do Banco, que contou com apoio de sindicato como a SINDIPETRO, que forçou a diretoria a recebê-los.

Entretanto, um dos momentos mais tensos entre os pescadores e a empresa, foi em março de 2008, quando um rebocador da TKCSA se chocou com o barco de dois

pescadores ocasionando a morte de um deles. Este foi um dos motivos da barqueata realizada em abril, citado anteriormente. Segundo os pescadores da APAPG ameaças são constantes, seja no mar, através de telefonemas anônimos e até mesmo na rua, fatos que levaram a concessão do pescador Luis Carlos a ingressar no Programa de Proteção à Testemunhas, tendo que se ausentar do país.

Os acontecimentos ocorridos fizeram com que a APAPG articulasse junto com as ONGs que apoiavam a resistência uma audiência pública junto à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sob a presidência do deputado Marcelo Freixo. Na ocasião, o senhor Marcos Garcia representante da FAPESCA fez um relato de que a empresa estaria associada à atuação de milícias armadas para intimidar os pescadores artesanais (ALERJ, 2009). A empresa se defendeu negando e se dispôs a colaborar desde que houvesse fatos concretos.

Na esfera federal, através de requerimento do deputado Chico Alencar à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados Federais foi realizado um debate sobre as violações aos direitos humanos na Baía de Sepetiba sob a presidência do deputado Luiz Couto, quando foi formada uma comissão para visita à TKCSA em Santa Cruz, no Rio de Janeiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, 2009). O mesmo deputado que requereu à Comissão alertou à diversas esferas do poder federal (presidente, ministros e comissão dos direitos humanos) e estadual, o governador do Rio de Janeiro através de carta).

Além disso, junto à Fundação Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, os pescadores conseguiram a emissão de um parecer técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da usina da TKCSA, apontando diversas falhas na análise do empreendimento, como análise fragmentada dos impactos, omissão no cenário ambiental e social (no que diz respeito à saúde da população), além de acusar a empresa de agir com duplo padrão no Brasil e na Europa (PORTO e MILANEZ, 2009).

No âmbito internacional, os pescadores da APAPG junto às ONGs que apoiam a resistência conseguiram denunciar a TKCSA, em 2010, no Tribunal Permanente dos Povos – TPP pela segunda vez em Madri, já que a primeira havia sido em Lima em 2008, quando a empresa foi condenada. O TPP composto de juristas de diversos países tem sua origem do Tribunal Russel na década de 1970, que julgava as ditaduras da América Latina e atualmente julga as violações de empresas transnacionais ao ambiente e as questões sociais (TPP, 2010). A condenação da empresa pelo Tribunal trouxe uma repercussão muito negativa no cenário mundial, encaminhando as denúncias e

condenações à Organização das Nações Unidas. Além disso, em 2010, houve por parte da rede a organização do primeiro Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, empresa acionista (27%) da TKCSA, trazendo pessoas de diversos países que passam por conflitos onde a Vale S/ A exerce atividades, como o Canadá, Moçambique, Indonésia, Peru, Chile, Argentina e Nova Caledônia.

Essas iniciativas chamaram a atenção do Parlamento Europeu e de Organizações Não Governamentais na Alemanha fazendo com que os pescadores artesanais da APAPG fossem convidados a visitar a sede da empresa, o Parlamento Alemão, e participar de uma série de entrevistas para jornais e debates sobre as denúncias feitas sobre a TKCSA. Alguns parlamentares alemães estão solidários aos pescadores, como o deputado Niema Movassat, que escreveu uma carta em solidariedade, e a deputada Gabriele Zimmer, que recentemente visitou o Brasil para averiguar fatos da poluição no ar causada pela empresa que vem prejudicando a saúde de moradores.

Na ocasião da visita à Alemanha, segundo o pescador Isac Alves da APAPG, descobriu-se que a empresa divulgava o empreendimento na Alemanha com um outro discurso, ou seja, uma área vazia, com atividades econômicas inexpressivas, na qual haveria praticamente nenhum impacto social ou ambiental. Toda esta repercussão preocupou o INEA, que em junho de 2010 convidou a APAPG para uma mesa redonda a fim de discutir por que a Associação era a única que não havia entrado em acordo com a TKCSA oferecendo ainda resistência. Na oportunidade, os pescadores disseram que aquela reunião era pela repercussão dos últimos acontecimentos e da entrevista ao programa de rádio faixa livre, portanto era eleitoreira, pois o governador estava preocupado com a re-eleição.

A repercussão internacional fez com que no final de 2009, a rede de instituições por iniciativa do PACS criasse o Comitê “A Baía de Sepetiba pede socorro”, no final de 2009, quando passou a ter reuniões mensais para traçar estratégias de resistência, principalmente contra a TKCSA. Entretanto, a forma que o comitê foi formado não agradou aos pescadores da APAPG, pois a sede e as reuniões ficaram concentradas em Campo Grande, bairro que não margeia a Baía de Sepetiba, além disso a presença dos pescadores passou a quase ser exigida, fato que causou um mal estar, pois os pescadores artesanais da APAPG embora façam parte da rede que oferece resistência a empresa, não aceitam algumas determinações, pois recusam e não recebem qualquer

compensação financeira por isso, necessitando exercer suas atividades para sobrevivência.

Atualmente, os pescadores da APAPG cobram na justiça ação indenizatória por danos materiais e morais à TKCSA, além de apoiar o conflito de moradores de Santa Cruz com a empresa, devido às emissões poluentes pois pescadores residem ao redor da siderúrgica. Os pescadores artesanais da APAPG são convidados para relatar suas experiências nas trajetórias de resistência em diversos eventos, como acadêmicos ou até mesmo a outras resistências que iniciam lutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instalações de empresas na Baía de Sepetiba, que consolidam a área como polos siderúrgico e portuário, retoma as discussões da insustentabilidade ambiental da Baía, tendo em vista vez que a construção de portos remobiliza os metais pesados presentes nos sedimentos, sendo motivo de diversos conflitos na área, principalmente, com pescadores artesanais.

O litoral da Baía de Sepetiba está se consolidando como polos portuários e siderúrgicos devido às promessas de infraestrutura previstas que estão se concretizando, como o arco metropolitano, a ampliação do Porto de Itaguaí, além de investimentos do BNDES como financiamento. Nesse sentido, o planejamento para a área considerou como meta potencializar a área para a concretização desses polos, entretanto, não considerou as fraquezas, as quais um planejamento, também, deve ter incluso. Neste caso, as fraquezas são as contaminações por metais pesados nos sedimentos do fundo da Baía de Sepetiba deixados pelos constantes vazamentos do dique da falida empresa Cia. Mercantil Ingá.

No Brasil a tradição dos gestores em executar planejamentos sem levar em consideração a importância dos diagnósticos, que é a etapa que antecede o planejamento, é comum. Para Souza (2000) que critica a prática do planejamento empresarialista (mediante parceria público/ privado) a fim de atrair novos investimentos sem considerar a participação local, a autonomia pelo viés de Castoriadis é fundamental para a elaboração do diagnóstico, que leve em consideração a participação e a discussão dos projetos pela sociedade, enaltecendo a prática democrática para a execução do planejamento.

Nesse contexto, a autonomia se considerada de fato nos diagnósticos e consequentemente nos planejamentos é um fator de prevenção à existência de conflitos,

já que a capacidade dos indivíduos em refletir e realizar escolhas estariam sendo respeitadas. Entretanto, tais diagnósticos têm sido concebidos pelo viés da heteronomia, como afirma Souza (2000, p. 80), que “sabota, incessantemente, a possibilidade de uma qualidade de vida substancialmente melhor para a maioria da população, a despeito das ilusões imbecilizantes disseminadas por uma ideologia exaltadora da modernização”.

Em nome dessa “modernização” que Souza (2000) se refere, diversas irregularidades para a instalação da TKCSA e a construção de seu porto ocorreram, como negligência à legislação e ao processo de licenciamento. A área de instalação da TKCSA está sob uma proteção no aspecto legislativo em diversas esferas do poder público. Assim, se tem como relevantes a Lei 7661, de 06/ 05/ 88, que determina a conservação de baías, enseadas, praias, costões e manguezais; o artigo 225 da Constituição Federal que classifica a zona costeira como patrimônio nacional; a Constituição Estadual no artigo 265, que determina que manguezais são áreas de Proteção Permanente; além do artigo 266, que especifica sobre a área da Baía de Sepetiba como ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico. Para Mauro et al.(1999) a legislação é uma ferramenta de gestão do território, se mal elaborada ou negligenciada, a gestão está condiciona ao fracasso. Nesse sentido, se entende como fracasso da gestão na Baía de Sepetiba a existência de conflitos entre empresa e pescadores artesanais, entre o Estado e os pescadores artesanais e entre os próprios pescadores artesanais que têm opiniões diferenciadas.

Fica evidente, portanto, a ausência do poder público na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, que poderia estar presente nas etapas e não somente contar com a presença na etapa final, para a aprovação. Nesse sentido, também seria relevante a participação dos atores a serem atingidos diretamente, nesse caso os pescadores artesanais. A problemática estabelecida na Baía de Sepetiba nos traz a reflexão o repensar a questão da gestão do Estado. O planejamento e a gestão são etapas que para Souza (2000) se complementam, pois a gestão é a contextualização territorial do planejamento, que para o autor deve ser descentralizado, isto é, de forma democrática, a fim de colocar em prática o que Egler (2008) chama de “política ativa”, que cria oportunidades para a sociedade civil, reduzindo as desigualdades. O pensamento sobre planejamento e gestão para Souza (2000) está na convergência da ideia de Muehe (1999) que propõe uma mudança de postura na gestão através de investimentos em pesquisas e áreas afins. Dessa forma, Muehe (1999) propõe o levantamento da riqueza dos recursos através de estudos, análises e diagnósticos, a fim de ter um “bom planejamento para uma ótima gestão”.

É uma necessidade neste cenário a participação dos pescadores artesanais de maneira crítica nos planejamentos gerenciais do uso de recursos (pescado), que para Mitchell (1999) só ocorrerá com a presença mais efetiva da universidade, através da educação e acesso à informação, porém de forma interdisciplinar. Os pescadores artesanais precisam estar mais informados aos acontecimentos na Baía de Sepetiba, a fim de buscarem apoio para resolução de problemas. Até o final da década de 1980 o apoio e a informação sobre a Baía eram praticamente inexistentes, pois os vazamentos da Cia. Mercantil Ingá ocorreram durante décadas sem nenhuma preocupação. Alguns pescadores até sabiam dos acontecimentos, mas não havia a quem recorrer.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henry. **Descaminhos da “riqueza sustentável”**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/debate/debate-81.htm>. Acesso em: 13 set. 2004, p.3.

ACSELRAD, HENRY. HOLLANDA, Theodoro B. de.; BREDARIOLL, Celso. In: SILVA, Geraldo. COCCO, Giuseppe. **Cidades e Portos: os espaços da globalização**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999, p. 246.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ. **História dos Portos**. Disponível em: www.portosrio.gov.br. Acesso em: 13 de jun de 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ. Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania. **ATA da Audiência Pública**, 19 de mar de 2009. Notas Taquigrafadas. Rio de Janeiro: ALERJ, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Audiência sobre denúncias de irregularidades da TKCSA**. Brasília: Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Núcleo de Redação Final em Comissões, 25 de maio de 2009.

EGLER, Cláudio A. **Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais do Brasil**. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (org). Brasil: questões atuais da reorganização do território. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2008.

GUSMÃO, Paulo P. **Políticas Públicas, ordenamento territorial e qualidade ambiental na bacia drenante à baía de Sepetiba – RJ**. ANPEEGE, 2007.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford/Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991, orig.: 1974.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MAURO, Cláudio Antonio de. **Legislação e Gestão do Território**. In: CASTRO, Iná Elias de. MIRANDA, Mariana. EGLER, Cláudio A. G., (orgs.) Redescobrimo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999. 392p.

MITCHELL, Gilberto. **O ambiente marinho sob a perspectiva do espaço e do lugar**. In: CASTRO, Iná Elias de. MIRANDA, Mariana. EGLER, Cláudio A. G., (orgs.) Redescobrimo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999. 392p.

MOREIRA, Rui. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Rui - **O Que é Geografia ?** . Rio de Janeiro: ed. Brasiliense, 1982, p.40.

MUEHE, Dieter. **A definição das novas fronteiras marítimas do Brasil**. In: CASTRO, Iná Elias de. MIRANDA, Mariana. EGLER, Cláudio A. G., (orgs.) Redescobrimo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999. 392p.

PELLEGATTI, Fábio. **Determinação de Metais Pesados e outros sedimentos da Baía de Sepetiba (RJ) por ativação neutrônica**. Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Ciências na Área de Tecnologia Nuclear – Aplicações. São Paulo: IPEN, 2000.

PLATANOW, Vladimir. **Acidentes de trabalho** - Pescadores estão entre as maiores vítimas de acidentes e mortes no trabalho, revela OIT. Disponível em http://www.sinaet.org.br/noticias_ver.php?id=757. Acesso em: 20 de abril de 2010.

PORTO, Marcelo Firpo.; MILANEZ, Bruno. **Parecer Técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Usina da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

SANTOS, MILTON. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996. 308 p.

SOJA, Edward. **Uma concepção materialista da Espacialidade**. In: BECKER, Bertha; COSTA, Rogério Haesbaert da; SILVEIRA, Carmen. Abordagens Políticas da Espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Geografia/ Programa de Pós-Graduação, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Planejamento e a Gestão das cidades numa perspectiva Autonomista**. Território n. 8, LAGET/ UFRJ, p. 67-100, jan-jun. 2000, p.80.

TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS – TPP. **Sentença**. Madrid: 14-17 de maio de 2010.